----------ATA Nº. 4----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2022: Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 3; ----------

2) Proposta de retificação das Atas n.º 1 e n.º 2; ----------

3) Análise da questão relativa às três últimas Atas da Assembleia Municipal referentes ao mandato anterior; ----------

4) Proposta - Análise ao abandono extemporâneo da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, de dia 29 de dezembro de 2021, por parte dos seus membros;

5) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de fevereiro; ----------

6) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

7) Proposta ao Executivo n.º 10/2022 – Revisão Orçamental n.º 1 do ano de 2022; -

8) Declaração nos termos previstos na alínea a), do n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; ----------

9) Declaração nos termos previstos na alínea b), do n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; ----------

10) Análise da relação da ERSUC com a Câmara Municipal de Mealhada (requerido pelo Coordenador do Grupo Municipal MMMI); ----------

11) Informação Prévia – Obras de Edificação – Maxividro – Transformadores e Distribuidores de Vidro S.A. – Reconhecimento de Interesse Municipal; ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Mário Rui de Abreu Cunha, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----------

As Senhoras Deputadas Municipais, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino e Maria de

Lurdes Jesus Cardoso Bastos e o Senhor Deputado Municipal José Alves Rosa solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se, respetivamente, por Tiago Daniel Henriques Ferreira, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e Sandra Isabel Baía Semedo. ----------

Os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Casal Comba, Nuno Filipe dos Santos Veiga, e da Junta de Freguesia do Luso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, comunicaram a sua substituição, respetivamente, pelo Senhor Hélder Manuel Lopes Rodrigues, Secretário da Junta de Freguesia de Casal Comba, e pela Senhora Catarina Isabel Ferreira Pereira, Tesoureira da Junta de Freguesia do Luso. ---------

Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Gil António Baptista Ferreira e Luís Filipe Tovim Ferreira. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito os Senhores Isabel Cristina Carvalho Alves, Óscar Manuel Ferreira Carvalho, Daniela de Melo Esteves e Ana Luzia Quintela Santos Cruz. ----------

1) No uso da palavra, a Senhora Isabel Alves iniciou por questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da reparação da rede de saneamento a montante da Fonte de São João no Luso, a qual provoca infiltrações prejudiciais à saúde, como se pode constatar nos relatórios da delegação de saúde da Mealhada, sendo uma situação que já se arrasta desde 2016 e ainda nada foi feito, indagando portanto acerca do ponto de situação quanto a essa questão, e também acerca de um rombo que existe na mencionada Fonte de São João, através do qual se perdem milhares de litros de água por dia. Prosseguiu referindo o passadiço pedonal no pontão, na estrada da Pampilhosa, onde não existem bermas e é por isso muito perigosa. Continuou questionado acerca do centro de saúde do Luso, que só está aberto no período da manhã, sendo que só um médico se encontra em permanência pois a outra clínica é ausência constante, e quando se trata de consulta aberta os utentes tem de se deslocar para a Pampilhosa, o que não é fácil para quem não tem meios de deslocação pois não existem transportes públicos para o local. (início: após 06 minutos; fim: após 09 minutos) ----------

2) No uso da palavra, o Senhor Óscar Carvalho iniciou por questionar acerca das medidas tomadas junto da Transdev, no sentido de repor a carreira que passava dentro do Buçaco. Perguntou de seguida se, relativamente à Sociedade Águas do Luso, foi movida alguma ação judicial. Interpelou depois acerca da discussão do plano pormenor da Quinta do Alberto, do projeto da Avenida dos Castanheiros e ainda do ponto de situação da segunda fase de requalificação do Luso. Terminou perguntando quanto às deliberações tomadas nas três últimas assembleias municipais do mandato anterior, já que as atas ainda não estão aprovadas. (início: após 09 minutos; fim: após 12 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que, relativamente à Fonte de São João, está a ser executado o

projeto de saneamento, que será englobado numa obra conjunta e que envolve Santa Luzia, e a área entre a Zona Industrial de Viadores e Carqueijo. Disse depois, quanto à suposta contaminação da água na citada Fonte, que a mesma não advém do saneamento, e as fissuras existentes e detetadas irão ser reparadas. Prosseguiu referindo que, relativamente ao pontão, nada está feito e ainda se encontra em fase de execução de projeto, sendo que o orçamento está muito comprometido e é neste momento difícil enquadrar essa construção, mas que será feita logo que possível. Quanto ao centro de saúde do Luso, informou que o Luso está abrangido pelo transporte flexível não só para a Mealhada mas também para a Pampilhosa, mas que o pretendido é que o centro de saúde funcione corretamente, e nesse sentido iria ter uma reunião com o Conselho de Administração da Direção Geral de Saúde no sentido de dar resposta aos problemas que existem. Em relação à carreira do Buçaco, esclareceu que contactada a Transdev, a mesma imputa responsabilidade na questão à CIM e vice-versa, sublinhando que terá uma reunião com a CIM e iria questionar acerca da razão da supressão da carreira, que em muito prejudica não só os habitantes e trabalhadores do Palace Hotel mas também os turistas. Relativamente à ação judicial interposta contra a SAL, neste momento a mesma está com audiência preliminar marcada. Prosseguiu dizendo que o plano de pormenor da Quinta do Alberto não teve continuidade mas que o processo irá ser retomado e analisado de forma mais cuidada, e que tal como o projeto para a Avenida dos Castanheiros, está dependente da capacidade financeira para ser executado, sendo que já estava a ser efetuado um levantamento das necessidades de sinalização horizontal em quase toda a freguesia do Luso, devido à perigosidade do nevoeiro e permitir a segurança das viaturas, sendo que a segunda fase da requalificação do Luso aguarda igualmente por capacidade financeira para ser terminada. (início: após 12 minutos; fim: após 22 minutos) ----------

3) No uso da palavra, a Senhora Daniela Esteves, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Boa noite a todos. É com muito gosto que que estou aqui. Queria apresentar os meus cumprimentos a todos os presentes, aos senhores deputados municipais, ao executivo municipal, ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da Mesa, aos senhores funcionários municipais e ao Público em geral.----*

Durante 8 anos, preocupei-me com a dignidade deste órgão e com a legalidade dos atos por ele praticados. Quando tive a honra de iniciar as funções de Presidente da Mesa, não tinha experiência autárquica, o que implicou estudo, interesse e dedicação para evitar desvios no normal funcionamento de um órgão destes ou até ao cometimento de decisões ilegais. Não saber não é pecado. Assim, em 2013, logo na primeira reunião ordinária realizada em Dezembro, o primeiro ponto da ordem do dia foi a discussão e aprovação da Ata da Assembleia Municipal, realizada em 09/09/2013, que era do mandato anterior, naturalmente com membros que se mantiveram e outros que estavam de novo, de uma sessão onde até talvez tivessem estado presentes elementos que hoje aqui se encontram de novo. A deliberação sobre o referido ponto, discussão e aprovação da Ata de 06/09/2013 foi tomada por

maioria, com 18 abstenções, justificadas pelos próprios por não terem estado presentes na sessão cuja Ata se discutia. É assim que os órgãos funcionam. Os quóruns fazem-se com os presentes. Os órgãos são constituídos por pessoas, mas os órgãos não são as pessoas, as pessoas vão e os órgãos ficam e continuam a sua atividade. Aliás, só assim podia ser. A Assembleia Municipal da Mealhada reuniu em 29/06/2021, em sessão ordinária e posteriormente no dia 20 de Setembro, em sessão extraordinária e na sequência de um ofício do Senhor Presidente da Câmara para tratar de determinado assunto. Nas assembleias extraordinárias não há aprovação de Atas. Posteriormente, no dia 30 de Setembro, e de acordo com o Regimento e a Lei 75/2013, foi realizada a última sessão ordinária, onde está vedada a possibilidade de serem tomadas deliberações, uma vez que já tinham decorrido as eleições autárquicas. Deste modo, não houve qualquer possibilidade legal para aprovar Atas das últimas sessões, restava apenas a hipótese de convocar uma reunião com essa única finalidade, o que não se mostra necessário nem ajustado perante o custo que tem uma Assembleia, além do mais, prosseguindo o órgão, a sua atividade normal a aprovação sempre seria na próxima oportunidade. E nem se diga que nunca era possível a elaboração da Ata após o términus dos trabalhos da sessão, porque referimos a reuniões com duração de várias horas e a acabar sempre depois da 01:00 ou das 02:00 horas da manhã e a elaboração dessas Atas exigem muito cuidado, muito trabalho e um trabalho muito atento. As deliberações tomadas nas reuniões, cujas atas ainda não foram aprovadas, nomeadamente em Junho e em Setembro, foram em minuta e com produção de efeitos imediatos, foram elaborados, publicados e afixados os respetivos editais, tudo conforme as imposições legais. O único ato que se encontra em falta é o resumo escrito das deliberações a verter em Ata. Todavia, não depende das Atas a eficácia das deliberações. Durante 8 anos os projetos das Atas foram elaborados com o apoio dos funcionários da Câmara Municipal, nomeadamente, a Senhora D. Laçalete Godinho e depois integralmente revistas e corrigidas por mim, foi um esforço que significou uma grande economia para os cofres. Ainda em exercício de funções e já na ausência por reforma da Senhora funcionária identificada, fiz as diligências necessárias para ser encontrada uma empresa especializada na elaboração de Atas, com um custo mais acessível, de todos estes factos, tive a oportunidade de dar conhecimento ao Senhor Presidente da Mesa. Transmiti também aos serviços de apoio à Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Mesa a minha inteira disponibilidade para a revisão e correção do texto das últimas atas, como sempre tinha feito, logo após a sua entrega pela dita empresa. Até à data de hoje, nada me foi entregue para correção ou revisão e, ao que parece, também não foram apresentadas e incluídas na ordem de trabalhos para aprovação, como de resto acontece em todas as assembleias municipais, o procedimento normal é as Atas serem aprovadas em sessões seguintes, independentemente dos mandatos. A título de exemplo, referem-se apenas concelhos vizinhos como Anadia, Cantanhede e Coimbra. Está publicado e é facilmente constatado por quem o deseje, na Assembleia Municipal de Anadia de 27/12/2021, foi incluída na ordem do dia e

aprovada a Ata da sessão de 02/09/2021 do mandato anterior. Na Assembleia Municipal de Coimbra, de 28/12/2021, foi incluída na ordem do dia e aprovada a Ata da sessão de 29 de Julho do mandato anterior. Ainda agora na Assembleia Municipal de Coimbra de 07/02/2022, foi incluída na ordem do dia e aprovada a ata da sessão de 07/09/2021, do mandato anterior. Em conclusão, é com estranheza que se constata que o projeto das Atas de sessões anteriores deste órgão ainda não tenham sido incluídas na ordem do dia para aprovação, como sempre aconteceu e como acontece nas demais assembleias municipais e como se verifica ser o correto. Por último, resta-me apresentar as minhas sinceras desculpas aos membros desta Assembleia Municipal e ao público em geral pelos minutos que consumi a tratar deste assunto, na certeza que têm outros relacionados com o desenvolvimento do nosso Concelho e esses sim, certamente merecedores de maiores reflexões e empenho da vossa parte." (início: após 22 minutos; fim: após 29 minutos) ----------

3) No uso da palavra, a Senhora Ana Luzia Cruz, leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Boa noite a todos e a todos,*----------

Em nome do Bloco de Esquerda do concelho da Mealhada, venho aqui colocar algumas questões ao executivo: ----------

- Em primeiro lugar sobre a publicação das atas. Como se justifica as atas de novembro e dezembro, serem publicadas apenas em finais de janeiro e início de fevereiro. Lendo as atas, sabemos que foram aprovadas nas reuniões seguintes, se não houve adiamentos de votação, não se compreende a morosidade em carregar uma ata para a página da câmara municipal. A publicação das atas, deve ocorrer o mais breve possível, após aprovação. Os munícipes só sabem o que se passou no município dois meses depois. ----------

- Saiu uma notícia que o senhor presidente quer o metro a passar na Mealhada, sobre os transportes públicos, o Bloco é totalmente a favor, mas queremos que o Senhor Presidente seja esclarecedor, e responda se o concelho da Mealhada terá mesmo metro a ligar à cidade de Coimbra, ou se é apenas promessa legislativa. Será que verá luz do dia, durante este mandato? É que o projeto do metro de Coimbra tem mais de uma década, e até agora, só se viram os projetos, e ainda nada saiu da gaveta. ----------

- Os senhores que já tomaram posse em outubro, acredito que tenham muito que fazer, mas pergunto se já foram ver as contas da Escola Profissional da Mealhada, anterior à sua venda, não interessa apenas o querer saber, foram eleitos pelos munícipes, devem justificar a venda, e apresentar as contas, o Bloco sempre perguntou e insistiu desde 2020, mas até à data, não obtivemos nenhum esclarecimento do antigo presidente da Câmara Municipal da Mealhada, por isso, solicitamos ao atual presidente de Câmara um esclarecimento. ----------

- Pergunto por que razão mandaram fazer as agendas culturais do Município da Mealhada a uma gráfica de Coimbra cujo dono é apenas e tão só o diretor do Diário de Coimbra. Se não houvesse gráficas no concelho da Mealhada, até se compreendia, mas no concelho da Mealhada até existem mais do que uma… --------

Quando adquiriram uma viatura, decidiram adquirir no concelho vizinho (Anadia). Por que não compraram num stand na Mealhada? Parece que são apologistas de que a galinha da vizinha é melhor do que a minha. ----------

- As reuniões de câmara, via zoom, são em horário laboral, muitas pessoas não conseguem assistir em direto às reuniões, nem depois, uma vez que as gravações não ficam disponíveis, por isso, os munícipes perdem muito do que se passa no concelho. ----------

-Consta que a Câmara vai ceder o direito de exploração sobre a Cafetaria da Alameda da Cidade, pedia um esclarecimento, sobre este ponto. ----------

- Para terminar, li uma notícia no dia 3 de fevereiro de 2022, que saiu no Bairrada Informação que dizia o seguinte: que a Mealhada é parceira do Instituto Politécnico de Coimbra em programa de formações financiadas, onde se pode ler e passo a citar "O projeto disponibiliza formações financiadas e gratuitas, abrangendo programas como o «Impulso Jovens STEAM», Cursos Técnicos Superiores Profissionais e o «Impulso Adultos», que inclui pós-graduações e mestrados em diversas áreas." No fim da notícia podia-se ler que podem ocorrer formações no primeiro trimestre em espaços do IPC. Pergunto se o Instituto Politécnico de Coimbra possui algum espaço no concelho da Mealhada. Na nossa opinião, as formações financiadas quando se realizam no concelho da Mealhada acabam por serem mais vantajosas para quem as frequenta, por uma questão de proximidade à residência, ao local de trabalho, e felizmente ou infelizmente, o que não existe é falta de espaços vazios que se podiam ocupar com estas formações em qualquer uma das nossas freguesias. Assim, dinamizava-se mais o concelho da Mealhada, atraindo pessoas de outros concelhos que poderiam vir até cá e que acabariam por indiretamente ajudar o comércio local, nomeadamente a restauração. ----------

Sobre as escolas, pode dizer se a secundária no próximo ano letivo já tem todas as condições para funcionar em pleno, nomeadamente para receber alunos com problemas de mobilidade? ----------

E a iluminação da básica? Já está resolvido o problema? Numa das anteriores reuniões disse que depois do Natal iria mandar instalar os focos de iluminação." ----

(início: após 30 minutos; fim: após 37 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que relativamente à morosidade na divulgação das Atas das reuniões de Câmara, a mesma deveu-se ao fato de um vereador solicitar apresentar as suas intervenções por escrito e demorar algum tempo a proceder à sua entrega, e que quanto à divulgação da gravação das reuniões de Câmara, sublinhou que todas elas são públicas e abertas ao público e que a questão da gravação para posterior divulgação não foi equacionada mas que poderia vir a ser objeto de análise, ressalvando o facto da questão jurídica da proteção de dados, dizendo ainda que existem as Atas para consultar. Prosseguiu, em relação ao metro de superfície, dizendo que é uma necessidade, não propriamente de um metro de superfície mas de voltar a ter a linha do ramal da Figueira da Foz a funcionar em pleno, já tendo sido feitas diligências nesse sentido, e que tendo sido colocada essa

possibilidade de mobilidade entre Cantanhede – Mealhada – Coimbra através de metro de superfície, foi demonstrado o interesse porque o que se pretende é que as pessoas tenham facilidade de se deslocar nestes territórios, tendo desde logo apoiado essa ideia e sugerido ainda a sua extensão para o Município de Anadia, e que existindo esta opção de mobilidade seria mais económico e rápido para quem faz essas deslocações, defendendo assim também o meio ambiente. Continuou dizendo que foram apresentadas três opções de circulação, apresentando as mesmas e referindo também que este é um projeto coordenado e financiado pela CIM Coimbra e com financiamento europeu, não se comprometendo com prazos de execução da obra, e expressando ainda, relativamente a Barcouço, que já existiram contactos para expandir os SMUTC a essa zona. Disse ainda que em reunião com o I.P. foi transmitido que o ramal da Pampilhosa-Figueira da Foz não seria alvo de investimento até 2030 e que mesmo estando aprovado para essa via uma ciclovia, a mesma passaria ao lado da linha de metro de superfície, em caso de ser essa a opção escolhida. Em relação à EPVL, e sobre o relatório de contas anterior à venda, disse que o dossiê ainda não foi analisado mas que a situação iria ser analisada e as contas pedidas. Quanto às agendas culturais, existia um contrato com uma empresa da Mealhada mas a mesma atingiu o limite nos concursos públicos e foi lançado um concurso para o efeito e ganhou, com o melhor preço, uma empresa de Coimbra. No que se refere à viatura adquirida, a mesma foi adquirida no concelho de Anadia pois, segundo os serviços e dada a urgência, não foi encontrada no Concelho da Mealhada uma viatura com as características pretendidas. De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Gil Ferreira, através da qual, e sobre a parceira com o Instituto Politécnico de Coimbra, esclareceu que as formações ocorrem nos espaços que o IPC possui e que dada a quantidade de Municípios aderentes ao projeto, a exequibilidade de as formações ocorrerem em cada um desses Municípios iria implicar uma logística e distribuição de recursos do IPC que não seria funcional. Prosseguiu o senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que relativamente iluminação da Escola Básica, essa questão já estaria resolvida e que quanto à Escola Secundária não conseguia garantir que a obra termina dentro dos prazos mas que estavam a ser envidados esforços para que tudo decorra conforme planeado e terminem o mais breve possível, considerando a crise que se verifica na entrega de materiais, informando de seguida que, no que concerne à mobilidade, iria ser apresentada uma candidatura para várias obras de mobilidade e acessibilidades. (início: após 37 minutos; fim: após 01 hora e 01 minutos) ----------

Prosseguiu o Senhor Presidente da Mesa, que no uso da palavra disse que, em relação à intervenção da Senhora Daniela Esteves, o assunto iria ser alvo de análise e discussão no ponto três da Ordem do Dia mas já abordando o assunto referiu que as Atas estão feitas em bruto, elaboradas por uma prestação de serviços requisitada no mandato anterior, sendo que ainda faltava dar às mesmas a configuração final. Continuou dizendo que a questão, tal como versa no Código de Procedimento Administrativo, é que quem não participa nas reuniões não pode participar na

aprovação da Ata e como tal não existe quórum e portanto seria discutido no mencionado ponto três o pedido de um parecer acerca do assunto. (início: após 01 hora e 01 minutos; fim: após 01 hora e 04 minutos) ----------

Não havendo mais inscrições, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente colocou a votação a introdução de um ponto na Ordem de Trabalhos – Informação 1762/2022 – Prorrogação do Prazo de Transferência das Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social – Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, cuja documentação foi rececionada após o envio da Convocatória e enviada logo que possível aos membros da Assembleia Municipal. Foi aprovada por unanimidade a introdução do ponto na Ordem de Trabalhos, a ser tratado em último lugar, com o nº 12. (início: após 1 hora e 04 minutos; fim: após 1 hora e 06 minutos)

De seguida o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Pereira, Pedro Semedo, João Martins, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira e Carlos Pimenta. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Pereira, no uso da palavra, iniciou por questionar a situação da Feira de Santa Luzia e a mudança de local da realização da mesma, nomeadamente para o campo de futebol de 11 em Barcouço, sendo que à data foi informado que essa mudança seria de carácter provisório mas que tendo em conta as informações de que o citado espaço seria alvo de obras a dúvida persistia. Continuou questionando se, apesar de no momento presente não existir a modalidade de futebol de 11, a associação desportiva entender reativar essa prática desportiva, existe um plano de conciliação da realização da Feira e do desporto ou outra estratégia para a realização da citada Feira, sublinhando ainda a satisfação da população e feirantes com o espaço atual. (início: após 01 hora e 07 minutos; fim: após 01 hora e 09 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Na última sessão ordinária, já não a anterior, mas a outra, a Senhora Doutora Susana Almeida, tomou a palavra no período antes da ordem do dia e considerou que eu não teria tido um comportamento suficientemente urbano. Serei pois um rústico. Tenho antes de mais referir que nada me move pessoalmente quanto à Senhora Doutora Susana Almeida, a quem reconheço inteligência, cultura, e conhecimento das vezes em que privámos em trabalhos. Até agradeço quando me chamam à atenção para falhas que porventura tenha cometido, da mesma forma que tenho consideração e estima por alguns membros da bancada do PS desta Assembleia, pela Doutora Sofia Lousado, por razões que ela sabe; pela Senhora Dona Maria de Lurdes também sabe; pelo João Miguel pelo conhecimento desde pequeno; e por razões diferentes pela Senhora Deputada Joana Sá Pereira, que conheço apenas pelo cargo que ocupa; dos restantes não sei se nos conhecemos*

antes, às tantas sim, mas já não me recordo. Já pelos Presidentes das Juntas pelas listas do PS, tenho-lhes sobretudo respeito pelo cargo e pela disponibilidade que mostram em servir as populações. O Claudemiro porque já nos conhecemos aos anos; pelo Senhor Ricardo Ferreira, que nos conhecemos desde a escola; já o Senhor Presidente de Barcouço, que trocou comigo umas palavras breves e amáveis numa sessão anterior, e eu agradeço sobretudo a simpatia. Pessoalmente, portanto, nada me move contra nenhum membro da bancada do PS. Serei, porém, um rústico nos modos. No entanto, tomei muito chá quando era pequeno, não só no corrente sentido metafórico. Quando umas senhoras iam lá a casa, a minha mãe servia-lhes chá e eu lá estava, atraído pelas torradinhas de manteiga, pelo aroma de chá servido na velha chaleira de porcelana, tomada no serviço de louça da China. Conheço as regras da boa educação, fui bem-educado pelos meus pais. Também já assisti muitas vezes à prática bem-educada, de se dizerem coisas duras sempre de sorriso no rosto, não perdendo compostura, mesmo que se profiram as maiores das maldades. Confesso que nesses de capítulo do manual de etiqueta que chumbei, tenho dificuldade em esconder ao que venho e o que penso, sou bastante veemente, digamos assim, quando defendo os meus pontos de vista, considero mais justo e os mais corretos. Quando se aponta o dedo aos outros, também seja avisado olhar em volta e observar se do nosso lado também haverá alguém a quem apontar. Poderia vir para aqui com um rol longo, apontar casos e ocasiões de comportamentos que observamos nesta Assembleia em mandatos anteriores, é um passado que já não é oportuno nem útil evocar. Lembro apenas a última sessão ordinária, a tal, já neste mandato, um senhor sentado na primeira fila, sempre a incomodar quem vinha aqui tomar a palavra com apartes, quando eu aqui estava, mostrou-se muito exuberante, com apartes inoportunos e quando passei à frente dele ali, emitiu uns grunhidos. Não me virei para trás para não causar escândalo, no entanto, verifiquei que durante essa sessão, se tratou de um comportamento repetido ao longo da sessão, pareceu-me ser uma tática da bancada do PS para destabilizar adversários, por ter sido um comportamento repetido. Essa mesma pessoa teve um comportamento indigno quando saiu desta sala, na sessão em que a bancada do PS decidiu abandonar os trabalhos. Deve ser a forma que a bancada do PS interpreta competência, um comportamento perfeitamente urbano. Chamo a atenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para este tipo de comportamento, que pessoalmente e na nossa bancada, não irá tolerar. Podemos concluir que o que incomoda à bancada da lista do PS não é urbanidade ou a falta dela, é a tomada democrática da palavra por aqueles que não são os seus. Este comportamento não é nem urbano, nem rústico, é apenas democraticamente deplorável." (início: após 01 hora e 09 minutos; fim: após 01 hora e 15 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal João Silva, no uso da palavra, fez um balanço das eleições legislativas do passado dia 30 de janeiro, em que o Partido Socialista obteve um voto de confiança expressivo dos portugueses, conquistando a maioria absoluta. Dissecou, no seu entender, o sentido de voto e o porquê do mesmo, realçando os resultados obtidos no Concelho de Mealhada pelo PS, com o melhor resultado do

distrito de Aveiro. Terminou por felicitar a colega de bancada, a Senhora Deputada Joana Sá Pereira, eleita pela segunda vez pelo círculo eleitoral de Aveiro e o Senhor Deputado Bruno Coimbra, do PSD, eleito pelo círculo eleitoral de Braga mas conterrâneo, desejando, em nome da bancada municipal do Partido Socialista, um ótimo mandato na Assembleia da República. (início: após 01 hora e 15 minutos; fim: após 01 hora e 20 minutos) ----------

4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Duarte, no uso da palavra, informou que os vogais da Junta de Freguesia de Barcouço foram eleitos no passado dia 19 de janeiro, após acordo prévio entre as partes. Referiu que apesar do pré-acordo, as votações para a eleição dos vogais não foi por unanimidade e tirar-se-iam ilações de tal facto, sendo que iriam agora trabalhar no orçamento de 2022, realçando que o mesmo iria ser baixo e que o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não seria possível reforça-lo, dada a contenção orçamental, mas que iriam trabalhar e criar condições para o funcionamento em pleno da Freguesia de Barcouço. Quanto à Feira de Santa Luzia disse que não tinha dúvidas que o projeto será realizado para a eventualidade de o espaço ser utilizado para outro efeito. (início: após 01 hora e 20 minutos; fim: após 01 hora e 26 minutos) ----------

5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, questionou acerca do ponto de situação do regadio Luso-Vacariça-Mealhada assim como do regadio de Santa Cristina. Indagou de seguida relativamente aos planos para a zona envolvente ao café do jardim público da Vacariça, fazendo ainda o apelo para melhorar a situação do pólo de saúde da Vacariça, no sentido de estar em funcionamento todos os dias. Indagou ainda acerca de um grande investimento que lhe tinha chegado ao conhecimento que iria ser feito pelo Município na Freguesia da Vacariça e do qual nada sabia e pedia portanto esclarecimento desse facto, pedindo ainda para, tal como na Freguesia do Luso, se proceder à atualização da sinalização vertical e horizontal na Freguesia de Vacariça. (início: após 01 hora e 27 minutos; fim: após 01 hora e 29 minutos) ----------

6) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, expressou satisfação pelo desbloquear da situação na Freguesia de Barcouço, a bem da sua população, referindo de seguida que é bom para a democracia que ocorram votações sem unanimidade, alertando de seguida para a situação de a publicitação das contas da Junta e Freguesia de Barcouço não se verificar, facto obrigatório por lei. De seguida, sublinhou, com conhecimento de causa, que existe cooperação institucional entre o Executivo e a Junta de Freguesia da Vacariça. Prosseguiu questionando se o executivo tem ou teve acesso às razões de facto e de direito subjacentes à ação interposta no Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro contra a Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A., indagando ainda acerca das diligências efetuadas pelo executivo no sentido de aferir sobre a operacionalidade e a utilização dos ventiladores adquiridos pelo Município. (início: após 01 hora e 30 minutos; fim: após 01 hora e 36 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que, em relação à Feira de Santa Luzia, fez-se a

pavimentação do campo de futebol de uma obra iniciada no mandato anterior, tendo-se efetuado no entanto alguns acertos no projeto de modo a permitir, caso seja o entendimento futuro, a colocação de um piso sintético. Referiu ainda que existiu um redimensionamento da colocação dos feirantes e assim criar um parque de estacionamento, para evitar custos adicionais, esclarecendo ainda que na eventualidade de alteração do uso daquele espaço, estavam ainda a analisar outro local que apresente condições condignas para a realização da Feira. Prosseguiu, sobre o regadio Luso-Vacariça-Mealhada, dizendo que o projeto esta no ICNF para parecer sobre o mesmo, transmitindo ainda que neste momento, e a curto-prazo, não existe financiamento para essa obra. Quanto ao regadio de Santa Cristina, informou que a obra está mesmo a terminar, faltando uns acertos, tendo ocorrido uma paragem nos trabalhos por acordo com os agricultores. Em relação à zona envolvente ao café do jardim público da Vacariça, existe a intenção de fazer no local um edifício de apoio à população, que tenha também ele um bar, e criar um espaço que seja utilizado para atividades de toda a população da Vacariça. Sobre o pólo de saúde da Vacariça, informou que iria discutir a situação com o Conselho de Administração da Direção Geral de Saúde, esclarecendo ainda que desconhecia alguma grande obra que fosse lançada brevemente na Freguesia da Vacariça. Em relação à sinalização, vincou que a falta da mesma é um problema que afeta todo o Concelho mas que é preciso iniciar por algum lado, assim como algum pavimento degradado, os edifícios municipais deteriorados, os passeios estragados e que, dentro das possibilidades, estão a ser resolvidos. No que concerne à questão dos ventiladores, comunicou que já foram solicitadas informações à Santa Casa da Misericórdia mas que ainda não tinha sido obtida qualquer resposta, sendo que iria reforçar o pedido dessas questões. Quanto à questão da Sociedade das Águas do Luso, esclareceu que lhe foi transmitido que o processo foi interposto no sentido de reverter o fecho da Sociedade das Águas do Luso e agora aguardavam desenvolvimento do mesmo, sublinhando que esta é uma situação de difícil resolução e que quando a dita Sociedade tomou a decisão de extinção já tinha transmitido as licenças para outras empresas e estava portanto vazia. (início: após 01 hora e 36 minutos; fim: após 01 hora e 57 minutos) ----------

Seguidamente foi a Mesa abordada pelo Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no sentido de realizar uma Interpelação à Mesa, iniciando por dizer que o período antes da ordem do dia existe para se discutirem assuntos fora da ordem do dia e o que se verificou foram intervenções que abordaram pontos que constam na ordem do dia. De seguida, apresentou uma proposta de alteração da sequência dos pontos da ordem do dia, nomeadamente que o ponto quatro, onde será discutida a transcrição de uma intervenção em Ata, seja debatido antes de abordar o ponto um, que votará essa mesma Ata. (início: após 01 hora e 57 minutos; fim: após 02 horas e 01 minutos) ----------

Prosseguiu o Senhor Presidente da Mesa, que no uso da palavra disse que a Ata, a apreciar no ponto um da ordem de trabalhos, contém todas as intervenções que foram feitas na Assembleia Municipal, reproduzidas a partir da gravação da mesma.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a proposta efetuada de alteração da sequência dos pontos da ordem do dia, tendo sido deliberado a não aprovação da mesma, por maioria, com onze votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Catarina Isabel Ferreira Pereira e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e dezasseis votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vitor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, Hélder Manuel Lopes Rodrigues, Mário Rui de Abreu Cunha e Abílio Lopes Semedo. (início: após 02 horas e 02 minutos; fim: após 02 horas e 04 minutos)
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 3: ----------

O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Louceiro e Susana Almeida. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, solicitou apreciação da transcrição da intervenção do Senhor Óscar Carvalho, dizendo de seguida que não votará neste assunto, de acordo com o prescrito na Lei. (início: após 02 horas e 05 minutos; fim: após 02 horas e 07 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, no uso da palavra, iniciou por replicar as palavras do Senhor Deputado Municipal João Silva, endereçando votos de um mandato de sucesso à Doutora Joana Sá Pereira e ao Doutor Bruno Coimbra. De seguida, reiterou que não podiam votar favoravelmente nesta questão, porquanto a intervenção da Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira deveria ser transcrita integralmente na Ata, tal como solicitado, independentemente de posterior marcação de falta à sessão respetiva, isto por razões de fidelidade à intervenção, veracidade dos factos e argumentos aduzidos. (início: após 02 horas e 08 minutos; fim: após 02 horas e 10 minutos) ----------

Posteriormente o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 3, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vitor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Elisa Carla de Abreu Simões e Mário Rui de Abreu Cunha e votado contra os Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel

Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, João Miguel Leite Martins Silva e João Manuel Cidra de Oliveira Duarte. ----------

Os Senhores Deputados Municipais: João Manuel Lima Louceiro, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Sandra Isabel Baía Semedo, Hélder Manuel Lopes Rodrigues, Catarina Isabel Ferreira Pereira, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 3. ----------

A Ata n.º 3 foi aprovada, por maioria, com treze votos a favor e sete votos contra. (início: após 02 horas e 10 minutos; fim: após 02 horas e 15 minutos) ----------

2) PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DAS ATAS N.º 1 E N.º 2: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo referido que esta proposta visava retificar as Atas n.º 1 e 2, no sentido de fazer constar das mesmas o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, como estando presente nas sessões às quais as mesmas se reportam e não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Hélder Manuel Lopes Rodrigues, Catarina Isabel Ferreira Pereira, Mário Rui de Abreu Cunha, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos (início: após 02 horas e 15 minutos; fim: após 02 horas e 16 minutos) ----------

3) ANÁLISE DA QUESTÃO RELATIVA ÀS TRÊS ÚLTIMAS ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REFERENTES AO MANDATO ANTERIOR:----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, informando que tinha sido, sem qualquer intervenção da sua parte, contratado um serviço externo para elaboração das três últimas Atas, referentes ao mandato anterior, acrescentando que as mesmas estão feitas em bruto faltando a formatação final dada a uma Ata. Prosseguiu dizendo que o problema reside sim na aprovação dessas Atas, pois como preconiza o Código de Procedimento Administrativo, não participa da votação quem não esteve presente na reunião e portanto esta questão deve ser esclarecida em termos jurídicos pois pelo exposto não existirá quórum para aprovar as ditas Atas e por conseguinte propunha

que fosse deliberado proceder a um pedido de parecer jurídico junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro. (início: após 02 horas e 16 minutos; fim: após 02 horas e 20 minutos) ----------
De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que no uso da mesma disse que, na sua interpretação, o quórum será das pessoas que participaram das reuniões da Assembleia a que se reportam as Atas e portanto seriam 6 Deputados Municipais a votar a questão, sublinhando de seguida que era importante clarificar o assunto. (início: após 02 horas e 20 minutos; fim: após 02 horas e 22 minutos) ----------
Em seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que iniciou por transmitir dúvida quanto à questão em apreço no ponto, dado que na Assembleia anterior foi abordada a questão de as aludidas Atas serem inexistentes mas no momento ter sido dada nota que afinal elas existem, não tendo contudo adquirido ainda a eficácia jurídica resultante da sua aprovação e que tendo sido insinuado, na última Assembleia Municipal, que as Atas não estariam realizadas como que por incúria da anterior Mesa da Assembleia Municipal, que não deixou esse trabalho acabado e no entanto esse expediente estava feito. Prosseguiu dizendo que a questão do quórum não se lhe colocava dúvidas, que era um procedimento normal em todas as Assembleias do país aquando da transição de mandatos, que o colégio eleitoral que vota a Ata é composto exclusivamente pelos deputados que estavam em funções no anterior mandato e que transitam agora para o novo mandato, referindo de seguida um parecer da CCDR-Norte e solicitando que se promova o agendamento da votação das citadas Atas. Terminou por deixar uma nota de agradecimento à anterior Presidente da Assembleia Municipal pelos esclarecimentos prestados. (início: após 02 horas e 22 minutos; fim: após 02 horas e 27 minutos) ----------
Posteriormente usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa que sublinhou que nunca tinha usado o termo incúria neste assunto e vincou a sua posição relativamente a este assunto e ao pedido de parecer jurídico à CCDR - Centro, deixando ainda a questão de como seria o assunto tratado se tivessem mudado todos os Deputados. (início: após 02 horas e 27 minutos; fim: após 02 horas e 29 minutos) ----------
De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, que no uso da mesma disse que, por uma questão de prudência e bom senso, era importante pedir o citado parecer jurídico, e que dada a data da realização das sessões respeitantes às Atas e a tomada de posse da Assembleia Municipal, existiu todo o tempo e logística para que o assunto fosse tratado de outra maneira. (início: após 02 horas e 29 minutos; fim: após 02 horas e 31 minutos) ----------
Em seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que iniciou por dizer que, depois da intervenção anterior, existia uma insinuação clara de que não houve condições logísticas para a elaboração das Atas, repetindo de seguida o esclarecimento prestado na intervenção da Senhora Daniela Esteves quanto ao assunto, salientando mais uma vez que a Mesa da anterior Assembleia

Municipal promoveu a logística para a elaboração das Atas. (início: após 02 horas e 31 minutos; fim: após 02 horas e 33 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, que no uso da mesma disse que, sendo um dos Deputados que participou nas sessões às quais as Atas se reportam, julgava o processo foi mal gerido, não sendo a responsabilidade só da Mesa em funções à data, acrescentando ainda que não descortinava nenhuma razão para que as Atas não tenham sido submetidas a votação. (início: após 02 horas e 33 minutos; fim: após 02 horas e 35 minutos) ------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação proceder a um pedido de parecer jurídico junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, Hélder Manuel Lopes Rodrigues, Mário Rui de Abreu Cunha e Abílio Lopes Semedo e dez abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, João Miguel Leite Martins Silva, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Catarina Isabel Ferreira Pereira e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. (início: após 02 horas e 35 minutos; fim: após 02 horas e 37 minutos) ----------

4) PROPOSTA - ANÁLISE AO ABANDONO EXTEMPORÂNEO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2021, POR PARTE DOS SEUS MEMBROS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por dissecar a escrita usada para compor a epígrafe do ponto e a sua ambiguidade para com o texto que a seguir se apresenta e que vai no sentido de propor a não-aceitação da transcrição da intervenção do grupo do PS, que precedeu o abandono da sessão. Disse de seguida que não via como recusar essa transcrição, expressamente solicitada por quem a fez, pois a mesma foi feita e não o deixou de ser por força do abandono. Prosseguiu dizendo que o PCP não acompanha o esmero regimental que os eleitos do PS tomaram, e que o mesmo resulta da confrontação com os eleitos do MMMI. Continuou expressando concordância de que houve uma falha na antecedência com que os documentos provisionais discutidos na sessão extraordinária foram divulgados mas discorda da tese de que eles não poderiam ter sido tratados em sessão extraordinária, dado ter havido eleições em Outubro e que seria incompreensível e legalmente contraditório que houvesse esse impedimento.

Questionou de seguida se o Senhor Presidente da Mesa sabia, dado que o PS considerava que a última sessão decorreu de forma ilegal, se aquele partido tomou, ou irá tomar, alguma diligência para além do abandono da sessão, sublinhando sinda que não reconhece ao PS, pela história autárquica recente, autoridade neste súbito assomo de rigor. Terminou vincando que, não acompanhando os incidentes que marcaram a última sessão, o PCP não concorda com a ideia de impedir a transcrição da intervenção. (início: após 02 horas e 38 minutos; fim: após 02 horas e 44 minutos) Posteriormente, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para, no seguimento do questionado, informar que desconhecia a existência de qualquer diligência efetuada. (início: após 02 horas e 44 minutos; fim: após 02 horas e 45 minutos) ----- De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, que no uso da mesma teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ---------- "*Ora, eu corroboro grande parte da intervenção do Senhor Deputado que me antecedeu, designadamente quanto à perplexidade deste ponto, porque efetivamente não percebemos a interligação, a epígrafe do ponto 4 era análise ao abandono extemporâneo da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 29/12/2021 por parte dos seus membros, no entanto, a quando lemos o teor desse ponto, percebemos que se pretendia imputar uma falta injustificada à Senhora Deputada e ser essa a justificação para a não transcrição da Ata, portanto, não percebemos esse ponto. Aliás, por esse motivo também e porque achámos que estava relacionado, solicitamos ou melhor, iríamos solicitar, mas o senhor deputado que nos antecedeu, adiantou-se e pediu a alteração da ordem, portanto nós concordamos e achamos que é absolutamente extemporâneo, não obstante, a transcrição deve ser realizada, como já dissemos e reiteramos e sublinhamos. No que tange à falta diremos, para já, que o artigo 54 do Regimento prescreve que a falta corresponde a uma não comparência a qualquer reunião, o que não foi o caso. Todos nós respondemos à chamada, todos nós nos ausentarmos na reunião e da reunião, e não apenas a Senhora Deputada Joana Sá Pereira e, por outro lado, vem alegar a colocação à votação do caráter injustificado da falta, com efeito socorrendo se de um parecer de 2014, a que refere que o abandono extemporâneo, sem qualquer motivo justificativo bastante, configura uma situação de falta injustificada, pretende marcar a falta um deputado do PS, mas em bom rigor não se percebe se é um deputado ou se a todos os deputados do PS, também não percebemos isso, ora sucede, como consta dos documentos deste ponto, que a Senhora Deputada Joana Sá Pereira e subscrito por todos os eleitos do PS, justificou ainda que a isso não fossem obrigados, nos dias a seguir, a razão pela qual abandonaram a Assembleia, aliás, o abandono em sinal de protesto foi muito bem fundamentado, não só pela irregularidade da convocatória e isso pense-se se o que se pensar, independentemente da qualificação da reunião como sessão ordinária ou extraordinária e sem embargo dos múltiplos pareceres que entretanto brotaram, pese embora a nossa exortação para que o Senhor Presidente analisasse a questão e nos apresentasse um parecer antes da reunião, portanto, nós fomos transparentes, fiéis e solicitamos que tínhamos essa dúvida e questionamos o Senhor Presidente,*

mas esse parecer até apareceu milagrosamente nas mãos de um Senhor Deputado de outro grupo municipal nessa mesma reunião, e não obstante isso, não obstante as dúvidas sobre a qualificação da sessão, a verdade é que foi convocada a sessão sem respeito pelos 10 dias de antecedência, conforme prescreve o artigo 32 de número 7 do Regimento; e mais, confesso que já por 2 vezes nesta reunião, é com algum pesar que eu ouço algumas palavras dos Senhores Deputados, para já o Senhor Deputado que me antecedeu, João Louceiro, colocou em causa, pelo menos no que me diz respeito, porque era a Deputada do PS que tem o segundo mandato, portanto estive no mandato anterior, dúvidas quanto à minha exigência a nível da legalidade e do respeito pelo Regimento, ora, não houve situação alguma em que eu não zelasse pelo respeito do Regimento, aliás, confirmava e íamos sempre analisar, havendo alguma dúvida, e portanto eu não tolero esse tipo de insinuações, adiantando por outro lado, em virtude do Senhor Presidente nos ter injustificada e discricionariamente negada a palavra, ou mesmo a defesa da honra, decidimos sair sim, porque foi-nos negada a palavra, em particular a defesa da honra e, portanto, foi justamente em homenagem e respeito ao princípio da igualdade, da justiça, da imparcialidade, da boa-fé, como dita o artigo 266 número 2 da Constituição, conforme esclarece o jurista Luís Ramos, no parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que o Senhor Presidente apresenta, foi justamente por respeito a esses preceitos e esses princípios que nos ausentamos, foi justamente para exigir e respeitar o respeito do Regimento e da Constituição que nos ausentamos. Cada partido legitimamente toma as suas decisões, o PS entendeu, depois de iniciada a Assembleia, que não podia permanecer pelas referidas razões. Note-se, porém, que não pretendemos que seja paga qualquer senha a presença, a verdade é que não pretendemos qualquer responsabilidade das deliberações que foram aqui tomadas, que foram aqui irregularmente tomadas, no nosso entender. Mas continuemos na discussão do que realmente importa e deixemo-nos de teatralidades, crispações, confrontações políticas, aliás não posso deixar de dizer que foi também com pesar que eu vi aqui a intervenção do Senhor Deputado Pedro Semedo, por quem tenho muita estima e nunca em caso algum, pus em causa a sua conduta, a sua urbanidade como disse, aquilo que disse foi contextualizado e portanto confesso que ouvi as suas palavras com pesar, portanto, reitero zelemos, pois pelos interesses dos munícipes que nos elegeram e que contam com a nossa transparência com o nosso respeito pela legalidade e pela democracia, pela urbanidade, pelo zelo, empenho, em nome e no interesse de todos aqueles que nos elegeram no interesse do município." (início: após 02 horas e 45 minutos; fim: após 02 horas e 51 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Pereira, que no uso da mesma apelou à reflexão, considerando que a discussão atual era uma perda de tempo e que não foi para isso que tinham sido eleitos. Continuou dizendo que, com respeito pela decisão, os eleitos do PS decidiram abandonar a última sessão extraordinária alegando que não concordavam que o orçamento fosse votado em sessão extraordinária e que a documentação não tinha sido enviada

atempadamente, contudo tinha sido afirmado pela Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira que estavam legitimados e habilitados para votar favoravelmente o orçamento e isso é que deveria ter acontecido porque isso é que interessa à população da Mealhada. (início: após 02 horas e 51 minutos; fim: após 02 horas e 53 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que no uso da mesma, concordou em grande parte com a intervenção que antecedeu, sublinhando que, relativamente ao orçamento, quanto ao conteúdo material estavam completamente preparados para o discutir, mas que existe uma questão de forma a montante que poderia ferir esse conteúdo material, e as questões levantadas visavam proteger toda e qualquer deliberação que fosse tomada. Mencionou de seguida um parecer da Associação Nacional de Assembleias Municipais, de dezembro de 2021, a defender o caráter ordinário da sessão para aprovação do orçamento e plano, reiterando de seguida a boa-fé nas dúvidas suscitadas desde o primeiro momento quanto à legalidade da sessão, sendo que politicamente a questão estava resolvida. (início: após 02 horas e 53 minutos; fim: após 02 horas e 56 minutos) ----------

Em seguida o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para salientar que a votação ocorrerá a fim de deliberar a transcrição do texto da intervenção da Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira para a Ata da sessão que se realiza, tendo de seguida dado a palavra à Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que no uso da mesma, questionou o entendimento de que a intervenção deverá constar da Ata da sessão que decorre, destacando que a mesma foi efetuada na sessão anterior, requerendo de seguida que ficasse transcrito em Ata que: "*O Senhor Presidente recusou, a Mesa recusou, o exercício de um direito potestativo que resulta do Regimento, que é qualquer eleito, aliás qualquer elemento do público e bem, as suas intervenções transcritas na Ata, é um direito potestativo de qualquer membro, nem sequer devia ser sujeito a escrutínio do plenário desta Assembleia, porque o senhor Presidente do que está a querer dizer e agora disse-o de forma mais ou menos clara, foi que não considera a intervenção, porque considera que eu tive falta*". Em seguida o Senhor Presidente da Mesa disse que na verdade, a Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira e os seus companheiros de bancada tinham abandonado a sala e que o que estava em Ata foi retirado da gravação e foi inserido em Ata. (início: após 02 horas e 57 minutos; fim: após 03 horas e 02 minutos)

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto, tendo sido deliberado a não aprovação, por maioria, da transcrição do texto da intervenção para a Ata da sessão que se realiza, com dez votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, João Miguel Leite Martins Silva, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Catarina Isabel Ferreira Pereira e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, quinze votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João

Manuel Ferreira Louzado, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, Hélder Manuel Lopes Rodrigues, Mário Rui de Abreu Cunha e Abílio Lopes Semedo e duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais: João Eduardo da Silva Pereira e João Manuel Lima Louceiro. (início: após 03 horas e 02 minutos; fim: após 03 horas e 03 minutos) ----------

5) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE FEVEREIRO: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Ana Lousado, Alexandre Rebelo, Sofia Martins e João Louceiro. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal Ana Lousado, no uso da palavra, iniciou por abordar as atividades realizadas no setor de ação social, nomeadamente a elaboração da estratégia local de habitação e a sua importância para o Município, questionando os passos que faltam para a apresentação da mesma. Questionou de seguida em relação à Sala Polivalente do Luso e os ajustes indicados, ao Mercado Municipal da Mealhada, se a obra já foi aceite ou existe data para receção provisória e ainda acerca do projeto de execução da Ecopista e se o mesmo sempre irá ser realizado. Terminou por realçar a importância da obra da Feira de Barcouço para a Freguesia de Barcouço. (início: após 03 horas e 04 minutos; fim: após 03 horas e 07 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, principiou por desenvolver acerca da requalificação da passagem superior sul à linha do norte, na Pampilhosa, congratulando-se com a continuidade da obra e questionando de seguida quais os *timings* previstos para essa empreitada, perguntando depois quais os objetivos do executivo para a baixa da Pampilhosa. Prosseguiu indagando acerca do Balcão de Inclusão e da falta de identificação e quantificação das atividades desenvolvidas no mesmo, interrogando também, quanto à teleassistência, o número de processos existentes no período indicado e se o projeto estaria alinhado com as necessidades das pessoas assistidas. Seguiu questionando em relação à estratégia existente e às pretensões do Executivo para a população com deficiência ou incapacidade intelectual, assim como se está previsto no setor da ação social alguma ação de apoio às instituições do município relativamente às possibilidades em aberto do PRR no eixo da resiliência, âmbito das respostas sociais, de modo a corresponder às necessidades da população. (início: após 03 horas e 07 minutos; fim: após 03 horas e 15 minutos) ----------

3) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, começou por perguntar se no âmbito da estratégia nacional *Smart Cities* para acelerar a transformação dos municípios portugueses, não poderia existir um planeamento no sentido de implementar projetos no Município. Continuou dizendo que apesar do

BUPI, verifica-se que, a nível da gestão dos recursos hídricos e energéticos, as recentes empreitadas não contemplam soluções que permitam otimizar os consumos e minimizar a despesa pública ou proporcionar novos serviços aos cidadãos, dando de seguida o exemplo da mobilidade elétrica e da potencialização que se poderia efetuar nesse âmbito, questionando de seguida qual a viabilidade de instalação de postos de carregamento rápido de veículos elétricos nos parques de estacionamento de Vale de Castanheiros do Luso, da Mealhada e da Pampilhosa. (início: após 03 horas e 15 minutos; fim: após 03 horas e 18 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, começou por questionar acerca da existência de apenas um terapeuta da fala para todo o Agrupamento de Escolas da Mealhada e o que foi feito em relação a essa questão. De seguida perguntou o que foi feito em relação a uma queixa de uma munícipe em sessão anterior, relativamente aos arruamentos de acesso à sua habitação, tendo em conta a mobilidade em cadeira de rodas da filha. De seguida mencionou a questão do recrutamento de assistentes operacionais para as escolas e jardins-de-infância e da atual insuficiência de auxiliares de ação educativa nas escolas e pediu o ponto de situação acerca dessa matéria. Relativamente à prorrogação dos acordos de execução celebrados entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, perguntou se as Juntas e as Assembleias de Freguesia aceitaram essa dilação e se para isso solicitaram ou negociaram reforço de condições. Continuou, perguntando se e quando vai ser objeto de análise a questão do subsídio de penosidade e insalubridade, tendo em conta as palavras ditas em sessão anterior pelo Senhor Presidente da Câmara. Prosseguiu perguntando se as obras na Escola Secundária serão concluídas a tempo dos exames nacionais, dando de seguida nota que, quanto à Ecopista prevista no canal ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz e alargamento do serviço de metro de superfície, é entendimento do PCP que as soluções que estão a ser criadas para substituir linhas ferroviárias não são um bom caminho e que poderão constituir mais um argumento para retardar a importante recuperação da linha entre Pampilhosa e Figueira da Foz. Solicitou mais informação relativamente às acessibilidades, quer na EB2/3 quer no Centro Educativo da Pampilhosa, que constam na informação prestada pela DACT, assim como também indicação de quais serão os dois meses em que a Feira de Barcouço estará suspensa devido à obra a realizar, terminando por destacar a conclusão de várias obras, entre as quais o Mercado da Pampilhosa. (início: após 03 horas e 18 minutos; fim: após 03 horas e 26 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que em relação à estratégia local de habitação, a mesma está a ser elaborada e em final de processo, para posteriormente ser submetida a reunião de Câmara e apresentada publicamente. Continuou informando que, quanto à Sala Polivalente do Luso, dado o custo e a finalidade do projeto, o mesmo será alvo de revisão, sendo que relativamente ao Mercado Municipal da Mealhada, a obra ainda não está terminada, sublinhando de seguida que a mensagem que estão a passar de que a Câmara Municipal tem muito dinheiro não corresponde à verdade

pois existe muita verba comprometida com obras e aquisições por parte do executivo anterior, tendo de seguida elencado e quantificado investimentos e valores comprometidos, assinalando ainda a dificuldade de obter apoios financeiros. Quanto à ecopista, disse que, não sendo possível a reposição do comboio, dado a não existência de investimento previsto até 2030 por parte da I.P., terá de se dar prioridade ao metro de superfície, sendo que a ecopista poderá ser feita ao lado da linha de comboio. Prosseguiu esclarecendo quanto à passagem superior da Pampilhosa, o processo foi à última reunião de Câmara e vai ser pedido parecer ao I.P. e ao Tribunal de Contas e portanto não é uma obra para fazer no imediato, e que quanto ao projeto da baixa da Pampilhosa o mesmo não foi abandonado, o concurso ficou deserto e portanto o processo parado, mas no entanto vai ser alvo de alterações e ajustes de modo à prioridade ser o peão e não o automóvel, e que considerando o orçamento destas obras, as mesmas terão que ser divididas e feitas por fases. Disse que o Balcão de Inclusão não está ainda a funcionar mas está protocolado e será inserido no Espaço Cidadão, e que a teleassistência apoia muitos utentes e os indicados são as situações financiadas pois as outras pessoas tem capacidade financeira. No que respeita à população com deficiência afirmou a falta de resposta que está ser dada no Concelho é um facto, que é um problema que existe, mas que estão a ser feitos esforços no sentido de melhorar essa situação, vincando que está ser dado todo o apoio às IPSS nas candidaturas que efetuam. No tocante à estratégia de nível ambiental, referiu que já se introduziu mais área verde e acessibilidades nos projetos e se pretende apostar na energia limpa, sendo que também será aprimorada a questão dos recursos hídricos e biodiversidade. Em relação à queixa de uma munícipe em sessão anterior, relativamente aos arruamentos de acesso à sua habitação, tendo em conta a mobilidade em cadeira de rodas da filha, a situação foi resolvida de imediato, acrescentando ainda que já existe um projeto para melhoramentos nessa zona em termos de acessibilidades e mobilidade, e que quanto ao recrutamento de assistentes operacionais, já estavam a ser desenvolvidos os procedimentos para a admissão dos mesmos. Informou de seguida que iriam começar as reuniões no âmbito dos acordos de execução no sentido de dialogar para as transferências de responsabilidades, e que a questão do subsídio de penosidade e insalubridade, como já comunicado ao sindicato, iria ser analisada com cuidado tendo por base o orçamento limitado que existe. (início: após 03 horas e 26 minutos; fim: após 03 horas e 53 minutos) ----------

De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Gil Ferreira, através da qual informou que o projeto de apoio às crianças com necessidades educativas especiais no âmbito da terapia da fala, resultou de uma candidatura do Município a apoios e projetos provenientes da CIM e foi aplicado em articulação com as necessidades identificadas pelo Agrupamento. Entretanto, e de acordo com a questão levantada em sessão anterior, reuniu com o Agrupamento e solicitou comunicação das necessidades que existissem sendo que até ao momento nada foi reportado, havendo indicação que o Agrupamento, através de projetos e candidaturas próprias, terá dado resposta à matéria. Finalizou informando

que está agendada uma reunião sobre questões relacionadas com a educação especial, e que este é um assunto para o qual o executivo está sensibilizado e dará as respostas que estiverem ao seu alcance, face aos problemas que forem identificados. (início: após 03 horas e 53 minutos; fim: após 03 horas e 56 minutos) -

6) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Na presente listagem de compromissos plurianuais não figuram, julgamos que pela primeira vez, desde há muito, contratos de prestação de serviços em regime de avença. É uma novidade, pelo menos aparente. ----------

Tem este facto algum significado, designadamente o de a câmara municipal estar a ponderar a utilização intensiva que tem vindo a ser feita desses contratos? ----------

O PCP tem expressado com insistência preocupações com o recurso abusivo e ou ilegal à prestação de serviços. Não são todos, mas serão, porventura, a maioria, os casos em que a figura da prestação de serviços finta a lei e substitui contratos de trabalho que teriam de ser celebrados em situações que obrigam a submissão jurídica, a cumprimento de horário e a outras condições que são específicas de uma relação contratual de trabalho e não de prestação de serviços. Tivemos já oportunidade de expor estas preocupações ao senhor presidente Jorge Franco, de propor em sede do estatuto do direito de oposição uma cuidada reapreciação das políticas de gestão de recursos humanos que têm levado à proliferação de contratos de prestação de serviços e de referir este assunto, de novo, perante a nova assembleia municipal. ----------

A pergunta que deixamos, a partir da pelo menos aparente novidade trazida espelhada por esta listagem de compromissos plurianuais, é se o executivo está a rever as políticas que eram seguidas pela autarquia neste domínio." (início: após 03 horas e 57 minutos; fim: após 03 horas e 59 minutos) ----------

Em seguida respondeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo que vão existir sempre contratos de prestação de serviços mas que estava a ser feita uma tentativa de diminuir os mesmos, e que analisado o quadro de pessoal, caso haja essa necessidade, eles seriam feitos mas que tal como já transmitido o objetivo é minimizar essa situação pois é entendimento que as pessoas devem ter tranquilidade no seu trabalho de dia-a-dia. (início: após 03 horas e 59 minutos; fim: após 04 horas) ----------

7) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 10/2022 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1 DO ANO DE 2022: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que se procedeu a um reforço de algumas rubricas através do saldo de gerência. (início: após 04 horas e 01 minutos; fim: após 04 horas e 01 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Rui César, que no uso da mesma analisou os valores da revisão orçamental e nesse seguimento questionou se este reforço acresce ao orçamento municipal já aprovado e ainda se o anterior executivo municipal deixou, ou não, algum dinheiro nos cofres Municipais. (início: após 04 horas e 01 minutos; fim: após 04 horas e 03 minutos) ----------
Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que estes valores tem também que ver com os fundos comunitários, tendo solicitado de seguida a palavra para a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, que no uso da mesma explicou os valores apresentados, salientado que existe um saldo de tesouraria de pouco mais de sete milhões de euros e um compromisso de quase dez milhões de euros, sendo que destes últimos, cerca de seis milhões de euros não tem qualquer fonte de financiamento, e que existe portanto um *deficit* orçamental. De seguida elencou uma série de projetos iniciados no anterior mandato, sem estratégia ou objetivo a longo prazo, o que tornava difícil a candidatura a fontes de financiamento que amparem essa carência orçamental. (início: após 04 horas e 03 minutos; fim: após 04 horas e 09 minutos) ----------
De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Rui César, que no uso da mesma esclareceu que não pretendia, com a sua intervenção, colocar em causa a gestão do executivo, mas unicamente que a questão fosse explicada à população, tendo de seguida perguntado se está, ou não, ao dispor do Município um crédito aprovado no valor de dois milhões de euros. (início: após 04 horas e 09 minutos; fim: após 04 horas e 10 minutos) ----------
Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que em relação ao empréstimo referido o mesmo iria ser efetuado devido ao novo edifício, pois no ano corrente previsivelmente seria gasto o valor de cerca de um milhão de euros e para o ano seguinte serão cerca de quatro milhões. Quanto à questão se o anterior executivo teria deixado dinheiro nas contas bancárias, explicou, como foi referido pela Senhora Vice-Presidente, que existem nas contas bancárias cerca de sete milhões de euros mas que estão comprometidos dez milhões em obras, sendo que destes últimos, cerca de seis milhões de euros não tem qualquer fonte de financiamento, e sendo assim alguns projetos teriam de aguardar fundos. Posteriormente elencou alguns projetos em que existiram candidaturas a financiamento mas que foram chumbadas e em que teria de se alterar todo um planeamento em curso para um parecer positivo e também outros casos que nem sequer se enquadravam no âmbito de um possível apoio, mas que mesmo assim seria feito um esforço para tentar conseguir algum tipo de financiamento. Finalizou evidenciando que existem muitos problemas, como a questão dos contadores ou o investimento a fazer em viaturas, mas que os mesmos tem que ser resolvidos e que é essa a realidade atual, sendo que acredita na capacidade do executivo de demonstrar que com pouco se pode fazer muito de uma forma diferente. (início: após 04 horas e 10 minutos; fim: após 04 horas e 13 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar

a Proposta ao Executivo n.º 10/2022 – Revisão Orçamental n.º 1 do ano de 2022. -- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 14 minutos; fim: após 04 horas e 14 minutos) ----------
Posteriormente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que apresentou uma Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: ----------
"*Declaração de Voto* ----------
O PCP votou favoravelmente a proposta trazida pelo executivo para a primeira e necessária, pelas razões expostas nos documentos de apoio, revisão do orçamento em 2022. O PCP vota, assim, em linha com a aprovação dos documentos previsionais para o presente ano que teve lugar por unanimidade na sessão de 29 de dezembro, p.p. O PCP opta, de novo, por esse sentido de voto, naturalmente, sem conceder nas críticas e apreciações que teve oportunidade de expressar naquela sessão extraordinária da assembleia municipal." (início: após 04 horas e 14 minutos; fim: após 04 horas e 15 minutos) ----------
8) DECLARAÇÃO NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO: ----------
O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Declaração nos termos previstos na alínea a), do n.º 1, do Artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. (início: após 04 horas e 15 minutos; fim: após 04 horas e 16 minutos) ----------
9) DECLARAÇÃO NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO: ----------
O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Declaração nos termos previstos na alínea b), do n.º 1, do Artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. (início: após 04 horas e 16 minutos; fim: após 04 horas e 16 minutos) ----------
10) ANÁLISE DA RELAÇÃO DA ERSUC COM A CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA (REQUERIDO PELO COORDENADOR DO GRUPO MUNICIPAL MMMI): ----------
O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Deputado Municipal André Melo, que no uso da mesma, iniciou por referir a compra por parte do Município da Mealhada de ações da ERSUC e que não encontrava racional económico para esse negócio, questionando de seguida qual era a posição atual do Município na ERSUC; o que foi e será feito enquanto acionista para defender os interesses do Município; quem é que o Município pretende ter como representante no conselho de administração, uma vez que o atual foi nomeado em 2017, ou seja, no mandato anterior e se o Município pretende continuar no conselho de administração, dado a disparidade de interesses entre o Município, que defende melhor serviço e melhor preço, e a empresa, que busca o lucro. (início: após 04 horas e 16 minutos; fim: após 04 horas e 18 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, disse que o PCP votou favoravelmente à aquisição de quotas da ERSUC, na perspetiva de garantir, dentro do possível, uma voz e uma presença pública na vida e nas decisões de gestão da atividade da empresa, discordando firmemente da privatização destes serviços e que áreas tão sensíveis sejam entregues a interesses privados, que tem naturalmente objetivos próprios e conflituantes com o interesse e serviço público, como se podia verificar pelo aumento de preços no fornecimento e prestação desses serviços, indicando a reversão das privatizações como solução. Prosseguiu dizendo que as autarquias devem ter um papel ativo nestas empresas, atuando em defesa das populações e é esse o desempenho que se espera do Senhor José Calhoa Morais, representante do Município no conselho de administração da ERSUC. Indagou de seguida, em relação ao representante do Município, que contas vem prestando do desempenho das funções de que está investido; como articula o exercício de funções com o Município e se é possível comprovar a postura na defesa dos interesses da população e do Concelho. (início: após 04 horas e 19 minutos; fim: após 04 horas e 24 minutos) ----
Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Silva, que no uso da mesma, perguntou como estavam as relações entre a ERSUC e o Município e se o Município tem razões de queixa do trabalho que a ERSUC presta no Concelho. Continuou, deixando nota de que as tarifas são fixadas pela entidade ERSAR, sendo que a ERSUC limita-se a cumprir o disposto, esclarecendo ainda e de seguida que o Município da Mealhada não está nem nunca esteve representado na ERSUC, sendo que aquando o processo eleitoral para os órgãos sociais, o anterior executivo apoiou a indicação de uma pessoa, não existindo uma nomeação propriamente dita, e foi o mesmo eleito por unanimidade pelos acionistas da sociedade anónima, num processo aberto, transparente e democrático. (início: após 04 horas e 24 minutos; fim: após 04 horas e 27 minutos) ----------
De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal André Melo, que no uso da mesma, disse que quanto à questão se o Município estaria ou não representado era algo que seria o Senhor Presidente da Câmara a responder. Continuou dizendo que a ERSAR é uma entidade reguladora e que a definição das tarifas depende da eficiência do serviço e da rentabilidade do mesmo, e que a subida de preços se verificou porque a ERSUC é pouco eficiente e como tal a ERSAR determinou esse acréscimo de valor. Finalizou dizendo que pretende saber, e existindo novo mandato, quem é o vogal da administração. (início: após 04 horas e 27 minutos; fim: após 04 horas e 29 minutos) ----------
De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, que no uso da mesma, analisou a entidade ERSUC, desde a aquisição da participação por parte do Município, e também a relação acionista entre ambos. Deixou ainda nota para o decréscimo acentuado de capitais próprios assim como os resultados fiscais negativos. (início: após 04 horas e 29 minutos; fim: após 04 horas e 32 minutos) ----------
Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que

esclareceu que a nível da intervenção operacional, e colocando de lado a situação da destruição causada na passagem pelos contentores enterrados e que é uma falta de cuidado e do qual já foi dada nota, não existem razões de queixa. Prosseguiu dizendo que o problema reside na perda de valor da empresa, como demostrado na intervenção anterior, e que os Municípios não têm vantagem em ser acionistas de um sociedade gerida empresarialmente em que o seu voto é sempre vencido. Em relação à representação, disse que o membro designado está a no Conselho de Administração a representar e a preservar os interesses dos Municípios, algo que considerava não estar a ser feito, nomeadamente da parte do Concelho da Mealhada. Mencionou de seguida a Ata de eleição para o triénio 2021-2023, sublinhando a parte que refere que no Conselho de Administração, o elemento em representação do Municípios, é o Concelho da Mealhada, representado pelo Dr. José Carlos Calhoa Morais, prosseguindo fazendo referência à desvalorização da empresa e reafirmar que o Município não se sente representado na ERSUC. (início: após 04 horas e 32 minutos; fim: após 04 horas e 45 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que no uso da mesma, questionou acerca do retorno do investimento efetuado e se o mesmo corresponde à expectativa daquilo que consta da aquisição das quotas. Questionou de seguida em que medida o Município não se sente representado na ERSUC e se essa situação tem conexão com o fato de o representante do Município ter concorrido em lista oposta nas últimas eleições, e ainda se existe diálogo entre o Município e a ERSUC no sentido de expor a insatisfação sentida e qual a resposta dada pela entidade. (início: após 04 horas e 45 minutos; fim: após 04 horas e 47 minutos) ----------

Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que do investimento feito em 2015, pelo valor de 1.355.357,94€, obteve-se o retorno de sensivelmente 600.000,00€ e à data não existem perspetivas de receber dividendos, sendo que com esse valor investido se poderia fazer mais obra. Continuou assumindo que existiram divergências de ideias com o Senhor José Calhoa durante a campanha, dizendo ainda que sente que o Município não tem a força que deveria ter na ERSUC e que o diálogo não tem sido fácil com o representante do Concelho. (início: após 04 horas e 47 minutos; fim: após 04 horas e 53 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, que no uso da mesma, vincou o fato de que quando existe distribuição de dividendos pressupõe-se que haja lucro, no entanto os valores distribuídos foram decorrentes de uma descapitalização da empresa, ou seja, decorrentes de distribuição de reservas que estavam no capital da empresa, e assim sendo o valor intrínseco da posição da participação social que o Município tem vai diminuindo. (início: após 04 horas e 53 minutos; fim: após 04 horas e 55 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Pereira, que no uso da mesma, referiu que se deve separar a discussão em duas partes, a primeira sobre a politica adotada pela empresa e na qual o Município da Mealhada não se

revê, pois a mesma é prejudicial para a população; e outra que é a da representação da Câmara Municipal na ERSUC, através do Senhor José Calhoa, e que é um assunto que deveria ser tratado internamente entre Município e representante. Continuou dizendo que a sua maior preocupação é verificar que o Município da Mealhada faz parte de uma empresa que não dá nada a ganhar, antes pelo contrário, e que deveria ser questionado junto do Conselho de Administração da empresa qual o rumo que está a ser seguido e qual a razão para este empobrecimento. (início: após 04 horas e 55 minutos; fim: após 04 horas e 58 minutos) ----------

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Oliveira Duarte, que no uso da mesma, questionou qual era a intenção futura do Município, se nomear outro representante ou vender a participação na empresa. (início: após 04 horas e 58 minutos; fim: após 04 horas e 58 minutos) ----------

Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que no uso da mesma frisou novamente que estar ou não no Conselho de Administração é irrelevante e que, tal como referido, existe na prestação de contas o registo de divida anual e que a mesma terá de constar no orçamento e que sendo o Município acionista, é-o para o bem e para o mal. Continuou dizendo que, caso houvesse interessados, venderia as ações da Camara Municipal de Mealhada. (início: após 04 horas e 58 minutos; fim: após 05 horas e 03 minutos) ----------

Não havendo mais inscrições para usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação a continuidade dos trabalhos, no cumprimento do artigo 29.º do regimento da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade continuar os trabalhos. (início: após 05 horas e 03 minutos; fim: após 05 horas e 04 minutos) ----------

11) INFORMAÇÃO PRÉVIA – OBRAS DE EDIFICAÇÃO – MAXIVIDRO - TRANSFORMADORES E DISTRIBUIDORES DE VIDRO, S.A. – RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que se trata de uma empresa sedeada na Zona Industrial de Viadores, que solicitou um parecer prévio para a construção de um armazém, e que ocupa 438m2 de terreno de solo rural e RAN e que para o efeito necessita de declaração de interesse público municipal. (início: após 05 horas e 04 minutos; fim: após 05 horas e 05 minutos) ----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal André Melo, que no uso da mesma congratulou a empresa pelo investimento, questionando de seguida o fato de as declarações do requerente terem sido efetuadas por e-mail e assinadas por um funcionário da empresa, apresentando de seguida a proposta que se transcreve: ----------

"*Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Mealhada* ----------

Após a análise do pedido de Declaração de Interesse Público Municipal pelo requerente Maxividro – Transformadores de Vidro, S.A. constante no ponto 11 desta

sessão ordinária Assembleia Municipal, de dia 23/02/2022, propomos que seja colocada à votação da Assembleia a aprovação do supracitado pedido condicionado pela entrega de uma Carta de Compromisso, sem prejuízo dos demais elementos instrutórios legalmente exigidos, ao Sr. Presidente da Câmara da Mealhada, onde fique claramente afirmado pela administração da empresa, ou de quem represente legalmente a sociedade, os seguintes compromissos a executar nos 2 anos seguintes à aprovação do projecto: ----------

- Construção de novo pavilhão industrial de 3125m2, dos quais aproximadamente 438m2 pertencem atualmente à Reserva Agrícola Nacional, para instalação de uma unidade industrial com o objetivo de aumentar a sua capacidade industrial atual integrando novos processos da cadeia de valor; ----------

- Criação de 32 novos postos de trabalho; ----------

- Investimento de 3M€ em novos equipamentos e abastecimento energético eficiente." (início: após 05 horas e 05 minutos; fim: após 05 horas e 06 minutos) -----

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"A aprovação de declarações de reconhecimento de interesse municipal é, como sabemos por episódios mais ou menos recentes, decisão sempre delicada e difícil. Há, em regra, confronto de interesses e argumentos em conflito. E há, também, os riscos dos precedentes que se abrem e das expetativas que, a partir daí são criadas e possivelmente frustradas. ----------

O PCP, inteirado das explicações que constam dos documentos relativos a este ponto da ordem do dia, teve o cuidado de visitar o local visado por este pedido de reconhecimento de interesse municipal. Não podemos deixar de manifestar algumas das nossas preocupações relativamente ao que é preciso ponderar para que uma área, ainda assim considerável, possa vir a ser retirada da RAN e ter um uso não agrícola. ----------

O terreno em causa, parece-nos, tem óbvias capacidades agrícolas, pese embora o facto de não estar a ser utilizado, de momento, para produção agrícola. Tudo indica que seja um terreno fértil. Verdade é também que confina com uma linha de água, o que torna a sua utilização mais sensível. Nele estão integrados três poços e um charco, uma pequena reserva de água que há de ter o seu interesse em termos de biodiversidade. Isto é, o terreno em apreço tem alguns recursos hídricos que acabarão, inevitavelmente, por ser perturbados pela construção em vista. ----------

Aquilo que aqui expressamos são preocupações, o que fazemos sem perder de vista vantagens económicas e de criação de postos de trabalho – ainda que, em regra, com baixas remunerações – que são enunciadas como justificações para o requerimento que estamos a apreciar. ----------

Aguardamos, com atenção, explicações que possam ser acrescentadas aos documentos que nos foram enviados." (início: após 05 horas e 07 minutos; fim: após 05 horas e 09 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que no uso da mesma, iniciou por referir que acompanham a proposta feita pelo

executivo, a qual foi aprovada por unanimidade em sede de reunião de Câmara, tendo em consideração, dentro das regras urbanísticas, todo o investimento que faça alavancar o Concelho, independentemente do setor, empresa ou serviço, dizendo ainda que não existe barreira ideológica quanto à importância que o privado tem nos territórios da Mealhada. Prosseguiu expressando a confiança nos pareceres e propostas dos serviços camarários quanto à questão em apreço e como tal não vislumbrava necessidade de pedir informações adicionais neste assunto, e que atendendo ao cumprimento de todas as regras urbanísticas votariam sem qualquer condicionamento. (início: após 05 horas e 09 minutos; fim: após 05 horas e 11 minutos) ----------

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, que no uso da mesma, disse que a Proposta apresentada e o pedido de uma carta de compromisso formalmente efetuada pela administração da empresa requerente, visava sanar a questão de que o interesse público não poderia estar vertido num simples e-mail enviado para os serviços, sem estar assinado por qualquer elemento da administração, apesar do investimento demonstrado, acrescentando que votaria contra se a carta de compromisso não fosse solicitada. (início: após 05 horas e 11 minutos; fim: após 05 horas e 12 minutos) ----------

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Oliveira Duarte, que no uso da mesma, disse que acreditava que as informações técnicas municipais estejam fundamentadas num pedido de informação prévio ou numa apresentação de estudo preliminar ou já de um projeto, do qual consta uma memória descritiva onde estejam contemplados todos os critérios ao qual a citada empresa se propõe a apresentar este projeto e ampliação, não entendendo a mencionada carta de compromisso como um elemento essencial para a aprovação do ponto em análise. (início: após 05 horas e 12 minutos; fim: após 05 horas e 14 minutos) ----------

Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que no uso da mesma, esclareceu e sublinhou que a informação técnica está correta, tendo os técnicos municipais cumprido todos os requisitos a nível do PDM e de procedimento. Prosseguiu dizendo que todas as empresas e pessoas têm que ter tratamento igual e que os processos tem de ser tratados de forma célere, e que só em casos justificados poderá ocorrer um acelerar do procedimento, e que tendo visitado o local em questão e conhecimento de causa, não observava objeção no pedido de uma carta de compromisso por parte da Assembleia Municipal. (início: após 05 horas e 14 minutos; fim: após 05 horas e 17 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal André Melo, que no uso da mesma, disse que o pedido de uma carta de compromisso se prendia com o cumprimento de formalidades que são necessárias e que com esse assumir de compromisso por parte da administração da aludida empresa todos ficariam mais protegidos e até os procedimentos melhorados daqui em diante. (início: após 05 horas e 17 minutos; fim: após 05 horas e 18 minutos) ----------

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de

Barcouço João Oliveira Duarte, que no uso da mesma, esclareceu que não quis colocar em causa a aprovação do ponto em discussão mas sim a necessidade da carta de compromisso para tal aprovação. Finalizou dizendo que não existe legislação, na preparação dos processos, que exija a referida carta à empresa e que a informação dos técnicos municipais é suficiente para a apreciação do ponto em debate. (início: após 05 horas e 18 minutos; fim: após 05 horas e 19 minutos) -------
Ato contínuo, o Senhor 1.º Secretário da Mesa usou da palavra para ler a Proposta apresentada, tendo sido de seguida dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Hélder Rodrigues, que no uso da mesma questionou se, e considerando ainda que esta empresa já beneficiou de um processo de desafetação de 1400m2, para além da deliberação da Assembleia Municipal terá de existir um parecer da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, dada a natureza do terreno em questão que está englobado na RAN. Terminou dizendo que apesar da dimensão da empresa, cabe à Assembleia tomar decisões de acordo com a lei e portanto indagava acerca do assunto antes da votação. (início: após 05 horas e 19 minutos; fim: após 05 horas e 22 minutos) ----------
Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que no uso da mesma, esclareceu que desconhecia que tivesse sido declarada utilidade pública e desafetação na RAN em outros processos e que este processo não compreendia ocupação da via pública mas sim a construção de uma linha de montagem nas traseiras do espaço industrial, em terreno pertença da empresa e do qual parte está englobado na RAN. Continuou dizendo que o reconhecimento de interesse municipal não implicava a aprovação de desafetação por parte da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (início: após 05 horas e 23 minutos; fim: após 05 horas e 25 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria o reconhecimento de interesse municipal condicionado à entrega de carta de compromisso por parte da empresa MAXIVIDRO - Transformadores e Distribuidores de Vidro, S.A., com dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Tiago Daniel Henriques Ferreira, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, Hélder Manuel Lopes Rodrigues, Mário Rui de Abreu Cunha e Abílio Lopes Semedo e dez abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, João Miguel Leite Martins Silva, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Catarina Isabel Ferreira Pereira e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos

termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 25 minutos; fim: após 05 horas e 19 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que apresentou uma Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: ----------

"*Dizer que a abstenção se prende com aquilo que nós dissemos na discussão, portanto, a partir do momento que o processo é instruído, de acordo com todos os critérios que a lei exige, nomeadamente o regime jurídico da RAN, inclusivamente, o próprio regulamento do PDM e tendo o pedido de sido instruído com o cumprimento de todos os requisitos e todas as formalidades que a lei exige, não é as formalidades que o PS quer ou as formalidades que outro partido quer, é as formalidades que a lei exige, estão cumpridas, estão, se estão cumpridas o nosso dever é apreciar isso à luz daquilo que são os requisitos da lei, portanto, para nós não é necessária carta de conforto, porque desde que se encontram cumpridos todos os requisitos, isso para nós é um motivo suficiente e bastante para considerarmos válido a declaração que é proposta pelo executivo de interesse municipal e serve para qualquer caso, não é só para este porque confiamos de facto no processamento dos serviços e naturalmente, podemos compreender todos os requisitos estão verificados, não há razão para protelar este e outro processo.*" (início: após 05 horas e 27 minutos; fim: após 05 horas e 28 minutos) ----------

Posteriormente foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Iola Baptista, que apresentou uma Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: ----------

"*Votamos favoravelmente, partindo do pressuposto que será cumprido o formalismo inerente á situação em causa e o requerimento seja feito formalmente ao Município e requerido pelo representante legal da empresa Maxividro – Transformadores de Vidro, S.A. É na nossa ótica inadmissível, tocando a falta de respeito pelo órgão Municipal, o que chegou às mãos dos deputados municipais como sendo o requerimento apresentado pela Maxividro – Transformadores de Vidro, S.A.* ----------

Encarregamos o senhor Presidente da Camara Municipal de assegurar o cumprimento do solicitado. ----------

E deixamos nota para que em situação futura similar, os serviços não aceitem este método. Somos pelo desenvolvimento económico e empresarial, somos pelo descomplicar situações simples, mas somos também pela transparência e respeito da lei e pelos órgãos intervenientes". (início: após 05 horas e 28 minutos; fim: após 05 horas e 29 minutos) ----------

12) INFORMAÇÃO 1762/2022 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – DECRETO-LEI N.º 23/2022, DE 14 DE FEVEREIRO: ----------

Terminada a Ordem de Trabalhos inicialmente definida, passou-se à apreciação do novo assunto introduzido, sendo que a seguir se transcreve Ofício e Informação recebida por esta Assembleia: ----------

"*Assunto: INFORMAÇÃO Nº 1762/2022 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E*

ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – DECRETO-LEI N.º 23/2022, DE 14 DE FEVEREIRO ----------

Em referência ao assunto mencionado em epígrafe, comunica-se a V/Ex.ª que esta Câmara Municipal, na reunião ordinária pública de 21 de fevereiro de 2022, deliberou, por unanimidade, aprovar a intenção de prorrogar o prazo para aceitação da transferência de competências no domínio da ação social ate 31 de dezembro de 2022 e remeter para apreciação pela Assembleia Municipal, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 24º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12/08, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14/02. ----------

A deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, pelo que se solicita a V/Exª a apreciação do assunto na próxima sessão da Assembleia Municipal, como assunto fora da ordem do dia, nos termos e ao abrigo do previsto no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

Com os melhores cumprimentos. ----------

O Presidente da Camara Municipal, ----------

(Assinatura) ----------

António Jorge Fernandes Franco." ----------

"REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MEALHADA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022 ----------

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - DECRETO-LEI N.º 23/2022, DE 14 DE FEVEREIRO ----------

MINUTA ----------

Local: Salão Nobre da Câmara Municipal da Mealhada, por Videoconferência. -------

Hora início: 9H00 ----------

Presidência: António Jorge Fernandes Franco. ----------

Vice-Presidente: Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro. ----------

Vereação: Rui Manuel Leal Marqueiro, Hugo André Afonso Alves e Silva, Gil António Baptista Ferreira, Sónia Maria Pereira Leite Oliveira e o Luís Filipe Tovim Ferreira. - Ponto 3 da Ordem do Dia – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - DECRETO-LEI N.º 23/2022, DE 14 DE FEVEREIRO – INFORMAÇÃO N.º 1762/2022 (MGD N.º 1762): ----------

---------- *A Câmara Municipal analisou a Informação n.º 1762/2022, de 15/02/2022, da Senhora Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Olívia, que a seguir se transcreve:* ----------

----------*INFORMAÇÃO N.º 1762/2022*----------

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - DECRETO-LEI N.º 23/2022, DE 14 DE FEVEREIRO ----------

O Decreto-Lei n.º 23/2022, publicado no passado dia 14 de fevereiro, vem prorrogar o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades

intermunicipais no domínio da ação social, por, tal como é referido no preâmbulo do diploma: ----------

➢Se ter constatado que o conhecimento pelos municípios dos instrumentos fundamentais para a preparação da assunção de competências no domínio da ação social apenas foi possível após a publicação, em março de 2021, dos instrumentos regulatórios previstos no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e concretizados nas Portarias n.ºs 63/2021, 64/2021, 65/2021 e 66/2021, todas de 17 de março. -----

➢ Se ter verificado existir uma significativa proximidade entre a publicação da referida regulamentação e realização de eleições autárquicas, em setembro de 2021, o que obstou a que muitos locais se sentissem legitimados para a assunção de responsabilidades neste domínio. ----------

Neste contexto, o diploma prevê o alargamento, até 1 de janeiro de 2023, do prazo para a concretização da transferência de competências no domínio da ação social, por solicitação dos municípios, de modo a permitir a respetiva preparação e adaptação ao nível da formação de recursos humanos e de adaptação ao nível dos sistemas de informação e a verificação dos dados financeiros. ----------

Nos termos previstos no citado diploma, os municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das mencionadas competências até 31 de março de 2022, podem, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, comunicar a intenção de prorrogar tal prazo, mediante comunicação à DGAL. Essa comunicação deve ser efetuada até 14 de março de 2022, ficando a DGAL obrigada a informar o Instituto da Segurança Social, I. P, no prazo de 5 dias após a sua receção. ----------

Ora, atendendo a que a Assembleia Municipal terá de se pronunciar sobre a intenção de prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências na ação social, deve a Câmara Municipal apreciar o assunto na próxima reunião do Executivo Municipal, a fim de ser presente à sessão ordinária de fevereiro (a próxima realizar-se-á no mês de abril). ----------

Uma vez que a ordem do dia da próxima sessão da Assembleia Municipal da Mealhada, que terá lugar no próximo dia 23 de fevereiro, já foi remetida aos membros daquele órgão, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a deliberação em minuta, para produção de efeitos imediatos, e solicite ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o agendamento do assunto fora da ordem do dia, nos termos e condições previstas no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

À consideração superior. ----------

A Chefe da DAJ, Cristina Olívia ----------

---------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a intenção de prorrogar o prazo para aceitação da transferência de competências no domínio da ação social até 31 de dezembro de 2022 e remeter para aprovação pela Assembleia Municipal da Mealhada, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 24º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12/08, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14/02. ---------

Às 10H00, foi encerrada a reunião e aprovada em minuta a deliberação supra, para produção de efeitos jurídicos imediatos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que eu, Cristina Maria Simões Olívia, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, redigi e assino (Assinatura), bem como o Senhor Presidente da Câmara. ----------
O Presidente da Câmara, ----------
--- (Assinatura) ----------
António Jorge Fernandes Franco" ----------
Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"Por inúmeras vezes temos reafirmado a discordância e oposição do PCP à negativa reforma de estado que o PS, em convergência com o PSD, pôs em marcha. A reforma que é descrita como "descentralização", coisa que não é, corresponde, na prática, à massiva transferência de problemas e competências do Estado central para as autarquias e entidades intermunicipais. As áreas são muito diversas; em algumas a gravidade do que está em curso é ainda mais gritante, quando vai pôr em causa o desempenho de funções do Estado que têm caráter universal, correspondendo a direitos assim afirmados na própria constituição. ----------
A imagem da proximidade é um dos grandes embustes políticos do processo. Cumpre avisar para os perigos, para as populações, para a coesão do país já tão frágil, e para o próprio Poder Local. A alegada proximidade, quando é conjugada com a histórica insuficiência de meios que fez crescer os problemas ao longo dos anos, é vendida como milagrosa para resolver o que o Estado central, pelas opções políticas dos governos, não resolveu ou deixou estragar. O que se passa é que, em vez de mudar as opções políticas, descartam-se os problemas para o Poder Local... Já passámos por este assunto, nesta sessão, a propósito da falta de auxiliares de ação educativa nas escolas. ----------
Às razões invocadas de forma muito sumária – mas que o PCP tem exposto de forma repetida – acresce a situação presente em que há domínios em que as competências estão à beira de ser impostas aos municípios, queiram eles ou não, sejam os seus autarcas cautelosos ou temerários, tenham ou não recursos económicos em que respaldar a aceitação de competências. É o que se passa com a transferência de competências em que todos terão de "comer" com ela a partir de abril. ----------
Ora a situação presente, ainda sem governo e sem OE torna ainda mais aventureirista aceitação de competências. Não é suficiente, mas é também disso que fala o adiamento da aceitação de competências no âmbito da ação social com que, naturalmente, o PCP concorda. ----------
O mesmo princípio de cautela, reforçado, portanto, pela realização de eleições, atraso na finalização do apuramento dos resultados finais, constituição de governo e a ainda distante aprovação do OE, mesmo que seja, de novo, a má proposta do PS que foi chumbada em novembro, deveria ser aplicado às outras áreas de competências a transferir. Seria de elementar bom senso. ----------

E serve isto para dirigir uma pergunta, através do senhor presidente da mesa, aos autarcas da Mealhada que participaram no recente Congresso da ANMP. Na reunião acabaria por ser votada maioritariamente uma resolução que dá por boa ou muito boa a transferência de competências promovida pelo PS. Mas chegou a haver proposta de resolução diferente que, concretizando, pelo menos, o princípio da precaução, aconselhava ao dilatar de prazos para imposição generalizada a todos os municípios do continente. Infelizmente, esta proposta acabaria derrotada num congresso em que, como se sabe, os autarcas do PS são a maioria, embora o bom senso não pareça maioritário. ----------

A pergunta que queremos fazer, na sequência do repto que lançámos, na sessão de novembro, aos autarcas que participaram no congresso da ANMP, é qual foi a posição que, enquanto eleitos do Poder Local no concelho da Mealhada, ali assumiram, no que respeita a esta matéria da dita descentralização de competências." (início: após 05 horas e 30 minutos; fim: após 05 horas e 34 minutos)

Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que sublinhou que é contra este processo de descentralização de competências e do modo como está a ser feito, pois o mesmo é uma imposição, não existindo diálogo para um consenso e que quando confrontado com o processo pela entidade responsável manifestou essa mesma posição (início: após 05 horas e 35 minutos; fim: após 05 horas e 36 minutos). ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências no domínio da ação social até 31 de dezembro de 2021. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 36 minutos; fim: após 05 horas e 19 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, que no uso da mesma requereu a gravação da sessão anterior da Assembleia Municipal. (início: após 05 horas e 36 minutos; fim: após 05 horas e 37 minutos) ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 02 horas e 15 minutos, do dia 24 de fevereiro de 2022, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim Rui Miguel Esteves Machado, Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. ----------

Mealhada, 24 de fevereiro de 2022. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------

Carlos Alberto da Costa Cabral. ----------